

AUDITORIA DE GESTÃO: MODELO QUE BUSCA A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Entrevista com a Dra. Maria Celeste Morais Guimarães

Frente à Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais encontra-se uma mineira de 47 anos, natural de Boa Esperança, Presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno, advogada, administradora, servidora de carreira do Tribunal de Contas do Estado e profunda conhecedora do sistema de auditoria de gestão, **Dra. Maria Celeste Morais Guimarães.**

A redefinição do novo papel da Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais (AUGE/MG) surgiu com a implementação do Choque de Gestão, um conjunto de medidas de natureza legal e administrativa para modernizar e dar eficiência ao serviço público mineiro. Através da Lei Delegada 133/2007, a Auditoria se reestruturou para atender às necessidades de avaliação da atuação governamental em seus aspectos operacionais e quanto ao impacto das ações adotadas. Planejar, coordenar e executar os trabalhos de auditoria operacional, de gestão e de correição administrativa são as funções da AUGE.



213

Nesta entrevista, concedida a Vanessa Arruda Duguet, jornalista e professora da Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, a Dra. Maria Celeste esclarece sobre as mudanças ocorridas no sistema mineiro de auditoria de gestão.

“Minas Gerais encontra-se em posição privilegiada, muito à frente dos demais estados, nesse processo avaliativo. Somos, sem dúvida alguma, referência de controle interno para o país.”

PPP - O Governo do Estado, com o objetivo de focar sua missão de tornar “Minas um melhor lugar para se viver”, tem adotado um modelo de gestão voltado para resultados, envolvendo ações de racionalização dos gastos públicos, modernização e incremento de arrecadação de tributos, ampliação da participação dos agentes de mercado e do terceiro setor na gestão pública, entre outras. Nesse sentido, como a Auditoria de Gestão vem mensurando as ações governamentais frente a este modelo?

Dra. Maria Celeste - *Com a finalidade de acompanhar e avaliar a efetividade da gestão pública e dos programas governamentais nos órgãos e entidades do Poder Executivo, a Auditoria Geral do Estado criou a SCAG _ Superintendência Central de Auditoria de Gestão, que tem como objetivo subsidiar os dirigentes estaduais com trabalhos de auditoria fornecendo informações, sugestões e recomendações para uma melhor implementação dos programas e projetos, bem como uma maior transparência das ações governamentais.*

A Diretoria Central de Auditoria em Programas Governamentais (DCAPG), integrante da SCAG, utiliza o modelo de avaliação proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), entidade nacional precursora dessa metodologia, que, para tanto, contou com o apoio do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido.

PPP - O novo modelo de gestão vem sendo apontado como exemplo para outros Estados?

Dra. Maria Celeste - *Sim. É um modelo que vem chamando atenção de outros estados brasileiros e da própria ONU. Trata-se de uma auditoria*

baseada em resultados que leva em conta o objeto do programa social e os meios disponibilizados que fazem deste trabalho uma ferramenta poderosa de avaliação dos programas e de indicação de medidas para obter resultados.

PPP - Quais foram os programas auditados e como ocorreu o processo?

Dra. Maria Celeste - *A cada ano são escolhidos seis programas públicos como objetos de auditoria. Até hoje foram auditados os seguintes programas: Lares Geraes (COHAB), Minas sem Fome (EMATER), 100% Eletrificação Rural (CEMIG), PROMG E PROACESSO (Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas e DER-MG), Saúde em Casa (Secretaria de Estado de Saúde) e Saneamento Básico (COPASA).*

Na auditoria entrevistam-se especialistas da área, gerentes e envolvidos nos programas e os auditores vão a campo para verificar a efetividade das ações. Entrevistam-se, também, os usuários, que são os beneficiários finais da ação governamental. Dessa forma, faz-se uma "radiografia" dos programas.

Após conclusão dos relatórios, os mesmos são apresentados aos respectivos responsáveis, para que esses possam apresentar as justificativas e fazer comentários sobre a avaliação e as recomendações propostas.

Cumpre-nos ressaltar a importância da participação e colaboração dos gestores dos Programas no momento da execução dos trabalhos da auditoria, como, também, quando da implantação das recomendações e sugestões dos relatórios de auditoria, o que agrega maior efetividade aos trabalhos da Auditoria-Geral, garantindo uma gestão pública mais eficiente, eficaz e efetiva dos Programas Governamentais.

Nesse sentido, a Auditoria-Geral, frente ao novo modelo gerencial, vem contribuindo para essa perspectiva de um governo comprometido com a melhoria contínua de seus processos de otimização de desempenho, de redução de custos e, principalmente, incremento da qualidade dos serviços prestados aos seus cidadãos. Apesar da complexidade e das limitações inerentes ao tema, qual seja o de políticas públicas, considera-se que os programas públicos vêm apresentando um desempenho satisfatório.

PPP - Com relação ao “Acordo de Resultados”, que é um processo de reformulação do modelo de contrato de gestão entre órgãos/entidades do Estado e o próprio Estado, quais são os principais objetivos traçados para a AUGe a serem alcançados por meio desse instrumento?

Dra. Maria Celeste - *O Acordo de Resultados foi adotado pela Administração Pública de Minas Gerais durante o “Choque de Gestão” realizado pelo Governo. A sua implementação se deu efetivamente no exercício de 2004, após longo processo de discussão e desenvolvimento, culminando com a assinatura do primeiro acordo. Em 2007, o modelo foi reestruturado e novos contratos de gestão foram assinados. Decorrentes dos Acordos de Resultados, estes instrumentos de pactuação têm por objetivos:*

- *Viabilizar a estratégia de governo por meio da disseminação da contratualização de resultados e sua respectiva avaliação;*

- *Alinhar o planejamento e ações do acordado com o planejamento estratégico do governo com as políticas públicas instituídas e os demais programas governamentais;*

216

- *Melhorar a qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade;*

- *Melhorar a qualidade do gasto público*

- *Dar maior transparência às ações das instituições públicas envolvidas e facilitar o controle social sobre a atividade administrativa estadual;*

- *Estimular, valorizar e destacar servidores, dirigentes e órgãos ou entidades que cumpram suas metas e atinjam os resultados previstos.*

No âmbito da Auditoria Geral, os principais objetivos a serem alcançados, por meio do Acordo de Resultados, estão traçados em seu Mapa Estratégico. São eles:

- *Aperfeiçoamento do Sistema Central de Auditoria Interna;*

- *Excelência Operacional;*

- *Articulação Interna do Sistema Central de Auditoria Interna;*

- *Gestão de Recursos Humanos;*

- *Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TI).*

Esses macro-objetivos foram desdobrados em perspectivas e objetivos estratégicos que convergem em busca do cumprimento da missão institucional, que é “exercer o controle da gestão pública com equidade e compromisso social”.

“[...] A AUGE/MG, frente ao novo modelo gerencial, vem contribuindo para essa perspectiva de um governo comprometido com a melhoria contínua de seus processos de otimização de desempenho, de redução de custos e, principalmente, incremento da qualidade dos serviços prestados aos seus cidadãos.”

PPP - Existem desafios que podem dificultar estes objetivos?

Dra. Maria Celeste - *Os desafios que podem dificultar o alcance desses objetivos se referem, principalmente, à adaptação dos servidores ao modelo proposto, uma vez que exigirá dos mesmos um comprometimento contínuo em relação às metas a serem alcançadas e, ainda, à carência de recursos humanos, materiais e financeiros.*

217

PPP - Que avaliação se pode fazer dos programas auditados frente ao Acordo de Resultados?

Dra. Maria Celeste - *No que tange à avaliação dos acordos de resultados, a partir dos trabalhos de auditoria realizados em 2006 e 2007, salientamos que, num primeiro momento, foi possível constatar a presença de diversas barreiras e inconformidades para o cumprimento das metas, seja por questões administrativas, seja por motivos externos.*

Constatamos que as metas de desempenho dos Acordos de Resultados estão organizadas, basicamente, em duas modalidades. A primeira,

representada pelo Quadro de Indicadores e Metas, contendo os indicadores de desempenho das instituições acordadas e as respectivas metas fixadas. A segunda, representada pelo Plano de Ação e Melhoria, contendo as ações a serem realizadas para o auxílio ao alcance das metas dos indicadores ou para o auxílio à otimização da governança organizacional.

A partir dos indicadores e das ações, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação, responsável por auxiliar o ente acordado e por avaliar a execução das metas do Acordo de Resultados, determina o resultado do desempenho final do órgão/entidade fixando a nota aferida ao Contrato e, conseqüentemente, declarando o cumprimento ou não das disposições constantes no Instrumento.

Ressalta-se, de imediato, a impossibilidade de se auditar a plenitude dos indicadores e das ações. Portanto, foram determinadas, para os Acordos dos órgãos/entidades trabalhados, amostras representativas, selecionadas em conformidade com os critérios técnicos estabelecidos.

218 *Pode-se aferir, a partir das constatações levantadas nos relatórios de auditoria, que grande parte das dificuldades apresentadas pelos órgãos/entidades signatários estava relacionada à imprecisão dos nomes dos indicadores, à falta de clareza e a erro das informações constantes nas descrições, ou ao desenvolvimento e má utilização/não utilização das fórmulas para o cálculo dos indicadores. Além disso, metas inadequadas e fórmulas erradas influenciaram no desempenho final da instituição, interferindo de forma negativa para que os objetivos da pactuação dos Acordos fossem alcançados.*

Outros problemas específicos detectados durante os trabalhos de auditoria foram a ausência de documentação comprobatória do cumprimento das metas; múltiplas fontes e dados discrepantes para se comprovar a mesma informação; informação de cumprimento de meta superior ao constatado na documentação comprobatória e aproveitamento, pelos órgãos/entidades signatários, das imprecisões terminológicas nos nomes e descrições dos indicadores como forma de facilitar o cumprimento das metas.

Conclui-se que grande parte dos problemas constatados pelas auditorias

realizadas originou-se das dificuldades encontradas pelos órgãos/entidades em se adaptar ao modelo de gestão proposto pelo Contrato de Gestão, que exige mais produtividade dos servidores e maior organização, os quais deverão ser desenvolvidos gradualmente.

Portanto, é mister que os acordados sejam acompanhados de forma mais próxima pelas Comissões de Acompanhamento e Avaliação, auxiliando e propondo alternativas às dificuldades doravante apresentadas e tornando a Administração Pública mais eficiente e profissional.

PPP - A AUGÉ tem executado os primeiros trabalhos de auditoria de gestão voltados para avaliação de resultados relativos aos termos de parceria celebrados entre os entes estatais e as OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Considerando que essas têm substituído o Estado em determinadas ações, quais são os resultados primários encontrados?

Dra. Maria Celeste - *O Termo de Parceria (TP) representa um novo marco legal para a execução de serviços de relevância pública em parceria com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. A OSCIP faz parte dessa nova forma de realização de políticas públicas, na qual o governo compartilha com a iniciativa privada a execução dessas ações. Objetiva-se, assim, a consolidação da capacidade dos atores sociais em compreender e intervir adequadamente na elaboração, execução e acompanhamento de tais políticas.*

219

Visando buscar a eficiência e efetividade dos TP celebrados entre o Estado e as OSCIP, foi atribuída à Auditoria-Geral a competência não apenas de verificar a conformidade dos gastos realizados, mas, também, de avaliar a forma como se dá a gestão destas entidades e o alcance dos objetivos com elas pactuados, ratificando a importância da realização concomitante de auditorias de gestão e operacional.

O mecanismo padrão de controle e avaliação de todos os TP é o Relatório Gerencial (ou Relatório de Execução), documento emitido pela OSCIP, trimestralmente, apresentando o andamento do TP no tocante aos

indicadores, ações estruturantes e realização financeira no período em questão. Com base nele, a Comissão de Avaliação (CA), formada por um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), um representante do órgão parceiro, um representante da OSCIP e um representante do Conselho de Políticas Públicas, caso exista, analisa as informações prestadas e, por sua vez, emite relatório conclusivo sobre os resultados alcançados. Esse documento, denominado Relatório de Avaliação, pontua a OSCIP frente ao cumprimento de suas metas e à realização das ações previstas.

PPP - No tocante a todo o processo de implementação e realização de um Termo de Parceria, quais são os momentos de atuação da AUGÉ /MG?

Dra. Maria Celeste - *A Auditoria-Geral atua em três momentos distintos. Na celebração, no aditamento e na execução do TP. Na celebração do TP atua analisando, principalmente, o Programa de Trabalho, no qual são verificados o objeto da parceria, os indicadores e metas pactuados e as ações, bem como a adequação da documentação apresentada. Nesse momento, o foco de análise é a pertinência de tais aspectos. No aditamento, a AUGÉ executa os mesmos trabalhos realizados na fase de celebração, uma vez que, nessa fase, ocorre uma renovação do Termo e revisão das metas. Procede-se, também, à análise dos resultados alcançados pela OSCIP quando da execução do Termo anterior, por meio do confronto entre o Relatório Gerencial e o Relatório de Avaliação. Já na fase de execução da TP, ocorre a auditoria propriamente dita, verificando “in loco” a conformidade e a veracidade das informações contidas no Relatório Gerencial e a pertinência da avaliação da CA. A análise poderá ser feita com o objetivo de verificar o regular cumprimento das metas e ações pactuadas, assim como a conformidade das despesas da OSCIP. É nesse momento, também, que se faz uma análise comparativa entre os resultados obtidos pela OSCIP e os anteriormente obtidos pelo órgão estatal parceiro. A Auditoria-Geral utiliza procedimentos específicos, junto aos beneficiários do programa/projeto, para coleta de informações que subsidiem tal análise.*

PPP - Poderia exemplificar?

Dra. Maria Celeste - *Como exemplo, citamos a auditoria realizada no Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ) e a OSCIP de "De Peito Aberto Incentivo ao Esporte de Minas Gerais", para a realização dos jogos do interior de Minas (JIMI) 2007. O trabalho, realizado pela DCACG/SCAG, teve como objetivo verificar a efetividade dos instrumentos de gestão e os resultados pactuados entre a SEEJ e a DE PEITO ABERTO, bem como os indicadores de desempenho qualitativos e quantitativos, prazos de consecução, otimização de custos e eficácia na detecção dos resultados.*

A equipe da DCACG, utilizando as técnicas de observação direta, entrevista e questionário, executou, de forma inédita, auditoria de gestão concomitante à execução do Termo. Os trabalhos ocorreram durante a realização da 3ª. Etapa do JIMI/2007, realizada em Uberlândia/MG, no período de 04 a 14 de outubro de 2007.

Avaliamos, nessa data, a atuação da OSCIP comparativamente à atuação estatal anterior, quando foram aplicados questionários e/ou feitas entrevistas com uma amostra de 153 atletas e 28 representantes de prefeituras, dos 81 municípios participantes do JIMI/2007.

221

As análises decorrentes das auditorias de gestão e operacional referentes à execução ou prestação de contas do TP têm seus resultados apresentados sob forma de Relatório de Auditoria, que é enviado ao ente estatal parceiro, à OSCIP e à SEPLAG.

Há, ainda, muito a se percorrer no caminho de avaliação das OSCIP, especialmente no que tange aos aspectos de eficiência e efetividade dos trabalhos em relação ao exercício daquelas atividades anteriormente realizadas pelo próprio Estado. Contudo, Minas Gerais encontra-se em posição privilegiada, muito à frente dos demais estados, nesse processo avaliativo. Somos, sem dúvida alguma, referência de controle interno para o país.

PPP - Há profissionais capacitados e suficientes para desenvolver essa tarefa?

Dra. Maria Celeste - *Temos hoje uma preocupação muito grande em capacitar os técnicos. Tanto que já temos o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Finanças Públicas e Auditoria Governamental, na Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”/UEMG, aqui em Belo Horizonte. Nós já estamos preparando, tanto quanto possível, não só para o Estado, mas para municípios e outros órgãos públicos, um profissional para o exercício dessas funções. Então, eu vejo que do ponto de vista operacional estamos fornecendo ao mercado e à administração pública um profissional preparado porque há uma carência muito grande de pessoal para atuar nessa área.*

“[...] Percebo que quando os técnicos que vão ao interior retornam desse trabalho, eles retornam motivados, acreditando que realmente o que estão fazendo é uma contribuição que traz maior segurança e credibilidade ao serviço público. Eles adquirem consciência da dimensão e importância desta gestão voltada realmente para o social.”

222

PPP - E quanto aos profissionais que já atuam na AUGÉ/MG?

Dra. Maria Celeste - *Estão bem mais preparados e sendo vistos como parceiros e não como os auditores de antigamente, com “pastinha” debaixo do braço, levando apreensão e punição. Com isto foi possível enxergar um outro lado que é muito importante, ou seja, o crescimento pessoal. O técnico que vai ao interior, que visita uma casa, que faz perguntas, que se envolve e que tem essa preocupação com o resultado do programa, sempre volta diferente do que foi. Ele toma consciência da dimensão do nosso trabalho, de um País com carências e o Estado de Minas Gerais também as tem, volta sensibilizado. É um trabalho sacrificante, penoso. Às vezes, ele não encontra um bom hotel e nem uma boa pousada, tendo que dormir em outra cidade, enfrentando estrada de terra ... Percebo que, quando retornam desse trabalho, os técnicos retornam motivados, acreditando que realmente o que*

estão fazendo é uma contribuição que traz maior segurança e credibilidade ao serviço público. Eles adquirem consciência da dimensão e importância desta gestão voltada realmente para o social. Sabemos que o papel aceita tudo, no papel é tudo muito bonito, as metas estão cumpridas, os recursos são muito bem empregados, mas na hora em que o técnico vai lá e enfrenta a realidade e vê com os próprios olhos o que foi feito, conversa com o beneficiário e vê que a realidade é outra, com certeza, isso gera crescimento pessoal para ele. É esta realidade que nós vamos levar para o gestor, a fim de redirecionar ou até mesmo dizer a ele: “Olha o programa não está atingindo o objetivo”. É muito gratificante. É uma visão nova da função do auditor.

NOTA TÉCNICA

- (1) ONU - Organização das Nações Unidas
- (2) COHAB - Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
- (3) EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- (4) CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
- (5) DER/MG - Departamentos de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais
- (6) COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
- (7) JIMI - Jogos do Interior de Minas Gerais
- (8) UBS - Unidade Básica de Saúde
- (9) SEDRU - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Anexo I - ANÁLISE DOS PROGRAMAS

1 - Lares Geraes

Na avaliação do Projeto Estruturador Lares Geraes _ O Programa contribuiu para a inclusão social dos beneficiários. O fato de as famílias passarem a habitar um espaço próprio que contemple boas condições de infra-estrutura, salubridade e segurança dignifica seus habitantes, melhorando, inclusive, a auto-estima das famílias. Em todos os municípios visitados, observou-se que as casas possuem boas condições de habitabilidade. Existe o mínimo de infra-estrutura e segurança, ou seja, disponibilidade de esgoto, água encanada, luz elétrica e coleta de lixo. As casas só foram entregues aos moradores quando a infra-estrutura básica de água, luz e esgoto ficou pronta. Isso gerou satisfação em todos os moradores entrevistados.

Municípios avaliados: Florestal, Betim, Arcos, Matutina, Candeias e São Sebastião do Paraíso.

224

2 - Saúde em Casa:

Na avaliação do Projeto Estruturador Saúde em Casa _ Do total de 165 usuários entrevistados nos 17 municípios visitados, 58% notaram alguma diferença positiva na saúde da sua família depois que passaram a frequentar a UBS. A Auditoria constatou que 97% dos usuários entrevistados frequentam as UBS em que estão cadastrados e que 81% deles alegaram que a infra-estrutura da UBS é adequada e 68% a consideraram como suficiente. Pôde-se constatar que os usuários estão, de modo geral, satisfeitos em relação à infra-estrutura física das UBS.

Municípios avaliados: Ibirité, Contagem, Monte Carmelo, Grupiara, Bugre, Aracitaba, Iapu, Esmeraldas, Caranaíba, Ponto dos Volantes, Padre Paraíso, Coração de Jesus, Janaúba, Jequitaí, Lassance, Porteirinha, Várzea da Palma.

3 - Saneamento Básico _ Mais Saúde para Todos

Na avaliação do Projeto Estruturador Saneamento Básico – Mais Saúde para Todos. Os beneficiários dos módulos sanitários, cuja ação está a

cargo da SEDRU, consideram-se 100% satisfeitos com o Programa. Nas ações avaliadas a cargo da COPASA, relativas à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgoto, nos quesitos de regularidade no abastecimento, manutenção dos serviços, ao atendimento e à qualidade do serviço prestado pela COPASA, 95% dos entrevistados se consideram satisfeitos ou muito satisfeitos.

Municípios avaliados: Bonfim, Brasília de Minas, Crucilândia, Curvelo, Diamantina, Guaraciaba, Patis, São José do Divino, Serro e Urucânia.

4 - 100% de Eletrificação Rural

Projeto Estruturador 100% de Eletrificação Rural_ A satisfação dos beneficiários foi grande com a possibilidade de acesso à energia. Todos estavam satisfeitos com a aquisição de eletrodomésticos como televisões, antenas parabólicas, geladeiras, liquidificadores, bombas d'água, ferros-elétricos, rádios etc. Com a instalação de energia elétrica, 88% dos beneficiários entrevistados adquiriram ou ganharam algum bem que pudesse ser utilizado com ela.

225

Anexo II - PROGRAMAS AVALIADOS

A - PROMG (1 a 9 Funcional e de 10 a 13 Pleno)

Ordem	Trecho Avaliado	Km
1	MG 040 Sarzedo - Ibirité;	10,0
2	MG 060 Entroncamento da MG 050 (Vianópolis) - Esmeraldas	21,9
3	MG 808 Caracóis - Nova Contagem - Contagem	21,7
4	BR 482 Itaverava - Conselheiro Lafaiete	24,0
5	MG 435 Entroncamento da BR 381 - Caeté	13,5
6	Rodovia MGT 494 - Morro do Ferro - São Tiago	17,9
7	Rodovia MG 332 - Entroncamento da BR 381 Bom Sucesso - Ibituruna	16,2
8	Rodovia MG 332 - Entroncamento da BR 381 - Santo Antônio do Amparo - Bom Sucesso	19,0
9	Rodovia Entroncamento BR 265 - Acesso a Itumirim	5,1
10	Rodovia LMG 808 - Contagem - Entroncamento MG432 (Caracóis)	21,7
11	Rodovia MG 030 - Entroncamento Nova Lima - Rio Acima	20,2
12	Acesso - Entroncamento MG-030 - Raposos	6,3
13	Rodovia MG 060 - Entroncamento MG 050 (Vianópolis) - Esmeraldas	21,9
		219,4

Fonte: Superintendência Central da Auditoria de Gestão

B - PROACESSO*

Ordem	Trecho Avaliado	Km
1	MG 124 Senador Firmino - Brás Pires	21,9
2	MG 124 Divinésia - Ubá	13,0
3	MG 124 Divinésia - Senador Firmino	14,5
4	Lavras - Luminárias MGT 354	26,1
5	Entroncamento MGT 354 acesso a Ingaí	5,1
6	Rodovia MG 270 - Desterro de Entre Rios - Entre Rios de Minas	34,1
7	Rodovia LMG 824 - Doresópolis - entroncamento da Rodovia MG 050	23,0
8	Rodovia MGT 265 - Desterro de Melo	18,3
9	Rodovia de Ligação - Santana do Monte - Entroncamento BR040	15,1
10	Rodovia LMG 732 - Estrela do Sul - Grupiara	32,3
11	Rodovia MG 329 - Oratórios	9,0
12	Rodovia MG 311 - Pescador Entroncamento BR 116	20,8
13	MGT 342 - Carai entroncamento BR 116 (Catuji)	26,3
14	MGT 342 - Frei Gaspar - Teófilo Otoni	26,0
15	Itaipé - entroncamento BR 116	12,3
16	MGT 451 - Marilac entroncamento BR 116	28,6
17	MG 217 - Poté - Malacacheta	14,8
18	LMG 710 - Ladainha - Poté.	28,1
19	MGT 342 - Frei Gaspar - Ouro Verde Minas	18,2
20	MG 211 - Novo Cruzeiro - Itaipé	30,0
21	Patis entroncamento BR 135	16,0
22	MG 202 - Ubai - São Romão	34,7
23	MG 202 - Brasília de Minas - Ubai	47,0
		515,2

226

Fonte: Superintendência Central da Auditoria de Gestão

*Total de Km PROACESSO e Pro MG = 734

Anexo III - RELATÓRIOS DE AUDITORIA EM ACORDOS DE RESULTADO

Ordem	Órgão Estatal	Data
01	Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM	30/05/2006
02	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD	19/05/2006
03	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	30/06/2006
04	Fundação Ezequiel Dias - FUNED	05/11/2006
05	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM	05/11/2006
06	Fundação Clóvis Salgado	22/12/2006
07	Instituto Estadual de Florestas - IEF	14/09/2007
08	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-MG	18/10/2007

Fonte: Superintendência Central da Auditoria de Gestão.

Anexo IV - RELATÓRIOS DE AUDITORIA NAS OSCIP

Ordem	OSCIP	Órgão Estatal Parceiro	Data
01	Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais	Fundação TV Minas Cultural e Educativa	29/05/2007
02	De Peito Aberto Incentivo ao Esporte de Minas Gerais	Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	02/07/2007
03	Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais	Fundação TV Minas Cultural e Educativa	13/07/2007
04	Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais	Fundação TV Minas Cultural e Educativa	18/07/2007
05	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	20/07/2007
06	Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais	Secretaria de Estado de Governo	30/08/2007
07	Instituto Cultural Orquestra Sinfônica	Fundação Clóvis Salgado	31/08/2007
08	Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	28/09/2007
09	Fundação de Educação Geni Nunes	Secretaria de Estado de Educação	18/10/2007

Fonte: Superintendência Central da Auditoria de Gestão (Notas Técnicas elaboradas pela SCAG em 2007 referentes às OSCIP)